

# **CRISE ECONÔMICA E REAÇÃO DO EMPRESARIADO DO RIO DE JANEIRO: A FORMAÇÃO DA AD-RIO**

*Júlio César O. de Souza*

*Doutorando em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*

*Bolsista Capes*

## **INTRODUÇÃO**

O aumento exponencial da dívida externa brasileira impôs mudanças relativas à expansão do capital operada pela burguesia interna durante as décadas de 1970 e 1980. A nova conjuntura econômica imposta era de escassez de investimentos externos<sup>1</sup>. A conjuntura de crise do capitalismo no mundo tornava a manutenção do status quo a pedra de angular das ações das classes dominantes. A dívida externa impunha limites ao deslocamento de capital estatal, assim como políticas de proteção de mercado.

A economia do Rio de Janeiro tem um papel singular na análise desse contexto. Com o segundo maior parque industrial do país, embora complementar ao de São Paulo, o estado, na década de 1980, vendia uma boa parcela da sua produção para o mercado interno, e tinha em seu território um grande número de grandes empresas transnacionais e estatais.

O descompasso do crescimento de sua economia com a média nacional<sup>2</sup> e a crise econômica propiciaram discussões sobre novas formas de capitalização de investimentos. Isso foi materializado com a criação da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (AD-RIO).

## **RAZÕES HISTÓRICAS DA ESCASSEZ DE CAPITAL NO BRASIL**

Além dessa questão conjuntural, destacamos que o Brasil, do ponto vista histórico, de médio e longo prazo, não constituiu um mercado de capitais capaz de ofertar condições ao desenvolvimento econômico local. Há dois pontos de vista, complementares que problematizam essa escassez de capitais.

O primeiro encerra uma análise prática, na qual o prisma explicativo se norteia na baixa proteção legal e no alto custo das transações, assim mitigando a ação de investidores. Outro fator seria a falta de transparência na gestão, inibindo a adesão de sócios minoritários. A sujeição a

---

<sup>1</sup> MEYER, Arno. Apoio financeiro externo e estabilização econômica. Revista de Economia Política, vol. 13, nº 1, 1993. p. 143.

<sup>2</sup> SILVA, Robson Dias da. Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012. p. 43.

choques inflacionários ocasionais e contínuos, como os choques da balança de pagamentos complementam a argumentação<sup>3</sup>.

No outro prisma interpretativo, de viés estruturalista, entende-se que no Brasil existe a atrofia do mercado de capitais face à própria ausência de condições históricas, institucionais e macroeconômicas. Ou seja, não houve o desenvolvimento de forças produtivas capazes de formar um base sólida de capital local, nem a formação de bancos que dinamizassem o processo de acumulação.

A indústria no Brasil emerge face ao apoio do Estado, que instrumentalizou canais de financiamento, assim engendrando o imenso endividamento estatal. Não raro, o Estado brasileiro também atuou na proteção de mercados, como o bancário e o de empreiteiras de obras públicas, deixando para empresas de capital estrangeiro investimento que demandassem patentes tecnológicas<sup>4</sup>.

Esse perfil demonstra o alto nível de dependência da produção, em escala nacional, do capital externo. Isso revela uma contradição do capitalismo no Brasil sob a ótica liberal, com um mercado de capitais raquítico, o desenvolvimento econômico passa necessariamente pelo Estado, que atua em duas vertentes, garantindo financiamento e mercado à iniciativa privada. É sob esta lógica que a AD-RIO é criada.

## **A CRIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA AD-RIO**

A agência foi criada em 1987, ano da quebra da bolsa de Nova York. Copiando o modelo da INDI, agência de fomento do estado de Minas Gerais, que atraiu empresas que atuavam no Rio de Janeiro, a nova instituição tinha o objetivos de: desenvolver estudos a fim de detectar setores promissores; realizar a viabilização de projetos; auxiliar na busca por áreas para implementação de empreendimentos; e realizar a intermediação de negócios entre os organismos de fomento industrial e os investidores interessados. O orçamento inicial previsto fora de US\$ 3,2 milhões, com a participação de 50% via empresas públicas e 50% da iniciativa privada<sup>5</sup>.

A forma de financiamento demonstra a ativa- e majoritária - participação do Estado. O expediente é comum ao longo da década de 1980. Empresas públicas emitiram debêntures no mercado internacional de modo a financiar a economia interna<sup>6</sup>.

Light, Furnas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CERJ) e Companhia Estadual de Gás (CEG) investiram no patrimônio inicial da agência.

---

<sup>3</sup> LAZZARINI, Sérgio G. e MUSACCHIO, Aldo. Reinventando o capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015. p. 233.

<sup>4</sup>COSTA, Fernando Nogueira da. Comparando capitalismos financeiros. Texto para discussão. IE/Unicamp, nº 160, 2009. p. 21.

<sup>5</sup> Jornal do Comércio, nº 56, p. 12, 1987.

<sup>6</sup> LAZZARINI, Op. cit., p. 113, 2015.

Por meio de suas empresas, os governos federal e estadual criaram as bases para um novo padrão de acumulação de capital no estado do Rio de Janeiro. Nota-se que o endividamento público em função da iniciativa privada perdurou, mas de forma a comprometer o próprio patrimônio público, pois essas empresas foram privatizadas na década de 1990, com exceção de Furnas.

No que tange à iniciativa privada na formação da AD-RIO, notamos que há blocos de setores da economia bem delimitados, são eles: a construção civil; bancos e seguradoras; petróleo e petroquímica; indústria de bens de consumo durável e não durável; empreendimentos e serviços; e mineração. O número de empresas privadas perfazia o total de trinta e duas.

São marcantes no empresariado ligado a esses setores a presença de grupos familiares brasileiros, empresas de capital associado e empresas transnacionais. No setor de construção civil, empresas de caráter familiar, como Mendes Júnior e Andrade Gutierrez, tinham como estratégia a expansão de suas atividades extrafronteira, além da abertura de seu capital societário, sem perder o controle acionário das ações ordinárias (ações com direito a voto)<sup>7</sup>. A Engevix, cuja atividade principal é a elaboração de projetos, tinha um papel complementar na agenda de desenvolvimento do Rio de Janeiro, pois sua interlocução com grandes empreiteiras resultou no planejamento e execução das obras de despoluição da Baía de Guanabara na década de 1990.

Cimento Portland<sup>8</sup>, Cimento Tupi<sup>9</sup> e Brasilit<sup>10</sup> encerram uma cadeia de produção ligada à construção no estado do Rio de Janeiro. A região sudeste detinha 36% das reservas de calcário (matéria-prima para a produção de cimento) e concentrava o maior mercado consumidor de cimento no país<sup>11</sup>. A articulação dessas empresas por meio de uma agência de desenvolvimento seria essencial para criação de uma agenda econômica para a região. Projetos de urbanização de favelas,

---

<sup>7</sup> BONELLI, Regis. As Estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90. Texto para discussão n° 569: IPEA, 1998. p. 40.

<sup>8</sup> Pertencia ao grupo Lafarge, de origem francesa e atualmente o maior conglomerado de materiais de construção do mundo, que iniciou suas atividades no país em 1959, por meio da Companhia de Mineração de Cimento (COMINCI). No ano de 1962, implantou uma fábrica em Arcos/MG. Em 1979, fundiu suas operações brasileiras com as da canadense Lone Star e, em seguida, inaugurou a fábrica de Cantagalo/RJ, em 1982, que é a única do país a fornecer cimento para poços petrolíferos. C. f. SANTOS, Leandro Bruno. A indústria do cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização. Revista Sociedade e Natureza, n° 23, Uberlândia, p. 82. & [http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2\\_3\\_B\\_5-Cimentos\\_Especiais](http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2_3_B_5-Cimentos_Especiais). Acessado em 05/01/2017.

<sup>9</sup>A Tupi, fundada em 1949 sob a denominação de Companhia de Cimento Vale do Paraíba, com a produção de cimento sendo iniciada a partir da unidade localizada em Volta Redonda – RJ alterou sua denominação para Cimento Tupi S.A. em 1972. Em agosto de 1999, foi constituída a CP Cimento e Participações S.A. Ela é uma holding não-operacional, das integralizações das participações dos acionistas da Cimento Tupi S.A. (Tupi) e da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (CCRG). Em novembro de 2006, por força de uma reestruturação societária, a CP Cimento alienou a totalidade de sua participação societária na CCRG para a CAL Itaú Participações S.A. companhia integralmente controlada pela Votorantim Participações S.A. C.f. Projeto de assistência técnica ao setor de energia. Ministério das Minas e Energia. 2009 & <http://www.econoinfo.com.br/docs/cp-cimento-e-participacoes/historico/de51PVIzZzNGFWQxPyXTMUQXIg%3D%3D?p=1> Acessado em 04/05/2017.

<sup>10</sup>Faz parte do grupo francês Saint-Gobain, um dos 100 maiores conglomerados industriais do mundo. No Brasil, o grupo atua há mais de 80 anos na produção de produtos voltados à construção. Fonte: <http://www.brasilit.com.br/empresa/institucional> Acessado em 09/04/2017.

<sup>11</sup>C. f. Projeto de assistência técnica ao setor de energia. Ministério das Minas e Energia. 2009 & [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/cimento.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/cimento.pdf)

de mobilidade urbana e de tratamento de água e esgoto, financiados pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, serviriam de impulso ao setor. Neste caso, o Estado seria central na realização de empréstimos juntos a estas instituições.

O setor financeiro, composto por bancos e seguradoras, tinha o papel de correia de transmissão de capital local e estrangeiro à economia real. Compendo a AD-RIO, destacamos o Banco Boavista, que em sua carteira de investimentos fazia aplicações na indústria regional, Souza Cruz e Cia Aymoré, e no setor de serviços, Lojas Americanas. A construtora Mendes Júnior também fazia parte de sua carteira de investimentos<sup>12</sup>.

O Banco Bozano, Simonsen três anos após a fundação de sua primeira agência detinha 600 milhões de dólares, distribuídos entre fundos de ações de curto prazo, de investimento estrangeiro e de seguridade<sup>13</sup>.

Dividido em quatro empresas, duas ligadas ao setor de seguros, uma ao de capitalização e outra de investimentos, o grupo Sul América no início da década de 1990 detinha um faturamento de 1 bilhão de dólares, estando entre os vinte maiores do país <sup>14</sup>. João Pedro Gouvêa Vieira (dono do grupo Ipiranga) era presidente do conselho de administração da empresa. Com 40 milhões de dólares em certificados de privatizações, inferimos o interesse na cadeia produtiva do petróleo no estado do Rio de Janeiro. A associação com Scandinavian Bank Group formando o banco de investimento Sul América Scandinavian S.A. em 1988<sup>15</sup>, o que denota ligações de uma empresa pertencente a um grupo familiar brasileiro com o capital transnacional.

As associações de interesses do capital demonstrados em composição acionária de empresas, investimentos na indústria transnacional, comércio e serviços, além do componente estatal, são características distintas do modus operandi do capitalismo na região. É em defesa da coerência estruturada<sup>16</sup> do estado que a AD-RIO atua dentro desse processo de crise do sistema capitalista.

A hegemonia do capital financeiro que se vasculariza na produção e serviços em busca de lucro no intervalo de tempo cada vez menor, essa é a nova faceta do capitalismo, que se inicia na década de 1970. Daí a importância da articulação das empresas por meio de uma agência, capaz de promover ganhos de escala, tendo em vista as características da região do estado do Rio de Janeiro.

O setor que alavancaria o PIB do Rio de Janeiro a partir da metade da década de 1990<sup>17</sup>, Petróleo e Petroquímica, também uniu interesses do capital transnacional e de grupos familiares na

---

<sup>12</sup> Jornal do Commercio. 19/03/1987. p. 29.

<sup>13</sup> Jornal do Commercio. 05/02/1990. p. 15.

<sup>14</sup> Jornal O Globo. 23/09/1990. p.55.

<sup>15</sup>Jornal do Commercio. 01/10/1988. p. 5.

<sup>16</sup>HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005. p. 146.

<sup>17</sup> SILVA, Robson Dias da. Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012. p. 60.

composição da AD-RIO. Aqui ressaltamos a importância de empresas com eminente influência no âmbito empresarial do Rio de Janeiro. A Shell, grupo anglo-holandês, que fundou o ENERJ, Energia para o Rio de Janeiro, na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), cujo objetivo era a realização de discussões para a criação de um consenso privatista no setor de energia.

Outro grupo de destaque é o grupo Ipiranga que, embora de origem gaúcha, se sobressaiu na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) na década de 1990, quando Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente do grupo, tornou-se presidente da entidade empresarial. Destacamos que a principal atividade econômica do Rio de Janeiro, a partir de meados da respectiva década, estaria ligada à cadeia produtiva do petróleo.

A construção de um pólo petroquímico, era visto, por políticos e empresários fluminenses, como solução para a recessão, pois desencadearia o estímulo à produção de todo um segmento industrial e, indiretamente, reaqueceria setores como o da construção civil, que seria responsável pela implementação da infraestrutura, além de criar empregos no setor de serviços.

Com o objetivo de explorar e desenvolver a cadeia produtiva do petróleo na região do Rio de Janeiro, foi criada a Companhia do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro<sup>18</sup>. Os estudos sobre o setor ficaram a encargo da AD-RIO.

As Empresas transnacionais Unisys<sup>19</sup>, IBM Máquinas e Serviços Ltda<sup>20</sup>, Coca-Cola, Fiat, Michelin e Souza Cruz tiveram um grande peso na fundação da AD-RIO. O perfil dessas empresas se enquadrava na produção em larga escala e exportações, gerência e fluxo dinâmico das informações, imprescindíveis no processo de acumulação capitalista.

A reserva de mercado para produtos nacionais de informática é um bom exemplo para entender essa nova conjuntura. Segundo dados do Cacex, em 1986, a IBM exportou US\$ 139,3 milhões, e importou US\$ 150,3 milhões, enquanto a Unisys exportou US\$ 27,2 e importou US\$

---

<sup>18</sup>Criada em 1987 pelo governo do estado, a COPPERJ tinha a finalidade de promover a localização e prover a infraestrutura básica do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito às necessidades de transporte, energia, telecomunicações, saneamento, abastecimento de água e apoio social. Fonte: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/180c1eb5eed4ca5d032565410063c53e?OpenDocument>. Acessado em 17/04/2017.

<sup>19</sup> Empresa transnacional americana especializada na produção de chips e afins. Em 1992, a empresa passa a vender serviços de tecnologia da informação. Fonte: <http://www.unisys.com.br/about-us/company-history>. Acessado em 13/07/2017.

<sup>20</sup> A IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda é uma das subsidiárias da IBM World Trade Corporation que se instalou no Brasil em 1917. Em 1985 a IBM Brasil cria o conceito de trabalho em parceria com empresas nacionais e anuncia o primeiro protocolo de entendimento com a Conpart, para a produção de fitas magnéticas. Outra parceria, com a Gerdau, cria a GSI (Gerdau Serviços de Informática), transferindo toda atividade dos bureaus de serviço da IBM. Atendendo às exigências do governo brasileiro de nacionalização de produtos, a IBM Brasil inicia a construção de salas limpas em Sumaré, para produzir discos magnéticos HDA. Em 1988 se iniciam as parcerias de produtos com empresas nacionais, como a Conpart para fabricar unidades de fitas magnéticas e como a Digilab, para impressoras. Começa o acordo de transferência de tecnologia com a SID para controladoras de comunicação e o contrato de revenda das estações gráficas IBM 5080 e de distribuição de pacotes de software para CAD/CAM com a Villares.

Na década de 90, formou uma parceria com a Itautec, para a fabricação e comercialização do AS/400 e uma associação com a SID, para a produção do PS/2, por meio de uma nova empresa chamada MC&A. Fonte: [https://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm\\_brasil.phtml](https://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.phtml) Acessado em 03/06/2017.

44,3. Os déficits produzidos pressionaram a balança comercial negativamente<sup>21</sup>. Um dos pilares da AD-RIO era o aumento das exportações das empresas locais. A pressão do capital transnacional sobre o Estado pela abertura de mercado, via Banco Mundial e FMI, em função da dívida pública, quebra a reserva de mercado de informática em 1991<sup>22</sup>, assim alavancando o processo de concentração de capitais.

Em resumo, estamos afirmando que há um duplo movimento nas relações empresas, mercado e Estado, o primeiro pressupõe uma aliança entre entes privados e públicos com vistas a expansão transfronteiriça e acumulação de capital. O segundo traça a competição intercapitalista. Desse ponto, observamos que empresas com maior expertise tecnológico e capital, além da influência política de seus países de origem, são capazes de destruir capitais mais vulneráveis em curto prazo, ainda que esses grupos se organizem. A AD-RIO representa, em nível local, uma arena de conflito entre frações dominantes da região e as de alcance global.

A aliança com o capital internacional parecia mais vantajosa no entendimento do empresariado local, como o grupo Monteiro Aranha, que também patrocinava a AD-RIO. Com participações na indústria e outros empreendimentos, o grupo familiar tinha participações na indústria petroquímica, de papel e celulose, de embalagens de vidro<sup>23</sup>, teleinformática, controle das ações da empresa de telecomunicações Ericsson do Brasil, além de parcerias com o Banco Interatlântico (controlado pelo grupo português Espírito Santo) e com a UAP Seguros Brasil SA, controlada pelo grupo segurador francês, UAP- L' Union des Assurances de Paris<sup>24</sup>, presente há mais de um século no Brasil<sup>25</sup>.

A presença direta ou indireta de bancos e seguradoras na AD-RIO é o traço distintivo que garantirá a sobrevivência de grandes grupos familiares na década de 1990<sup>26</sup>. A mudança no padrão de acumulação de capital premia a articulação com o grande capital financeiro.

## **SEGUINDO A LÓGICA DO CAPITALISMO FINANCEIRO**

A crise da dívida externa reduziu o investimento direto estrangeiro, ele teve queda de 1\6 entre os anos de 1982-1991<sup>27</sup>, assim impactando a economia fluminense, devido ao grande número de transnacionais em seu território. A saída para a manutenção do status quo do empresariado com

---

<sup>21</sup> Jornal do Commercio. 03/01/1987. p. 5.

<sup>22</sup> A lei de 1984 criava uma reserva de mercado para os fabricantes nacionais produtos de informática. Tal reserva propiciou a criação de mão de obra especializada no Brasil. Mas, ao final de 1991, ela foi extinta pelo governo Collor, assim abrindo o mercado para as empresas estrangeiras.

[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/772\\_os+efeitos+colaterais+da+lei+de+informatica](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/772_os+efeitos+colaterais+da+lei+de+informatica). Acessado em 15/04/2014.

<sup>23</sup> A empresa Cisper era a principal fornecedora de embalagens da Ambev, Nestlé e Coca-Cola.

<sup>24</sup> Em número de clientes, em 1991, a seguradora era a 1ª da França e 2ª da Europa.

<sup>25</sup> Jornal O Globo. 28/10/1991. p. 17.

<sup>26</sup> BONELLI, Regis. As Estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90. Texto para discussão n° 569: IPEA, 1998. p. 7.

<sup>27</sup> GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 67.

atividades na região foi a aliança com o grande capital financeiro internacional, e a pressão sobre o governo na resolução da dívida junto a organismos internacionais. Entre o início da década de 1980 e 1998 houve o crescimento patrimonial de grupos familiares<sup>28</sup>.

A criação da AD-RIO foi uma reação, dos empresários locais e o do grande capital transnacional, ao processo de crise do sistema capitalista por meio da formação de capital fixo<sup>29</sup>. O investimento na produção permite o equilíbrio na circulação do capital, aliviando temporariamente sua superacumulação, ao mesmo tempo que serve de alavanca para o próprio processo de acumulação, ou seja, há um duplo movimento de contradição estrutural inerente ao próprio capitalismo, expansão/acumulação<sup>30</sup>.

Nessa conjuntura, o estado do Rio de Janeiro seria um pólo de atração de investimentos. Entendemos como fatores favoráveis à atração de capitais o parque industrial instalado (o 2º maior do país, e com um elevado número de transnacionais); a extração de petróleo em larga escala na bacia de campos (o que gerava oportunidades na constituição de uma cadeia de produção do petróleo); empresas estatais de telecomunicações e energia<sup>31</sup>, promotoras do desenvolvimento local com o fornecimento de infraestrutura para atividades da iniciativa privada; mão de obra qualificada, e excedente, formada por universidades públicas de referência nacional<sup>32</sup>; mercado consumidor; e sua própria localização estratégica, a qual o coloca em contato com oceano Atlântico, facilitando o fluxo de mercadorias via portos (Sepetiba e do Rio de Janeiro), além de sua malha ferroviária em conexão com o seu interior e estados de Minas Gerais e São Paulo, representantes das maiores economias do país.

A aliança entre Estado nacional e grande capital estabelece uma relação simbiótica, na qual a região do Rio de Janeiro se destaca como uma proposta de um modelo novo de acumulação, cuja hegemonia é do capital financeiro. O objetivo central é a atração de capitais para investimento, e acumular divisas via exportação. Nesse processo, as empresas transnacionais extraem mais valor<sup>33</sup> no local onde estão instaladas e o transferem as suas matrizes, em geral, localizadas em países centrais.

Na outra ponta, o Estado facilita as operações dessas empresas, via política, e financia expansão desse mesmo capital privado (seja transnacional ou associado) por meio de endividamento e investimento de suas empresas estatais. O pano de fundo dessa lógica operada pelo grande capital em países periféricos é desenvolver um fluxo de endividamento e acumulação capaz de manter a

---

<sup>28</sup> BONELLI, 1998, Op. Cit., p. 5.

<sup>29</sup> HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 300.

<sup>30</sup> MÉSZÁROS, Istvan. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 139.

<sup>31</sup> Nos referimos à Embratel, Telerj, Light, CEG, Cerj, Petrobrás

<sup>32</sup> UERJ, UFF, UFRJ, UNI-RIO e UFRRJ

<sup>33</sup> MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 227.

dependência recorrente de capital estrangeiro, mas sem perder de vista as condições que tornem o Estado capaz de realizar o pagamento da dívida ora contraída.

As reservas internacionais são chave para o entendimento dessa nova dinâmica do capital. Elas representam o total de moeda estrangeira, no caso brasileiro, a soma de dólares mantidos sobre o controle do Banco Central (BC). Quando há mais entradas de dólares que saídas, o BC acumula reservas. Inversamente, quando o país é deficitário, há uma saída de divisas que o BC cobre fazendo uso das reservas acumuladas.

Além dessa função, de cobrir os eventuais déficits nas contas externas, as reservas internacionais também podem ser usadas para evitar ataques especulativos contra a moeda<sup>34</sup>. Em outras palavras, as reservas garantem a estabilidade do sistema de pagamentos, condição indispensável para realização de novos empréstimos junto ao mercado.

Nesse sentido, a AD-RIO, constituída no ano da quebra da bolsa de Nova York, em 1987, pode ser vista como instrumento de aumento de receita em nível regional que impacta o âmbito macroeconômico. Inferimos que a ideia do empresariado fluminense, a promoção do estado do Rio de Janeiro como pólo atrativo de investimentos, tem relação com essa nova conjuntura econômica, que exigira cada vez mais receita em virtude do alto endividamento do Estado.

O comportamento das reservas é elucidativo à despeito da transição para um modelo que retira a produção do centro das relações econômicas, pondo em seu lugar o mercado financeiro. A perda de 5 bilhões de dólares, em reservas, entre 1984 e 1986, chegando a um total de e sua cifra de US\$ 6.760 bilhões, e seu aumento exponencial, resultando na soma de US\$ 51.840 bilhões, em 1995<sup>35</sup>, revelam o aumento de sua importância. Esse é um expediente que tenta mitigar os efeitos do ritmo, cada vez mais acelerado, de circulação do capital.

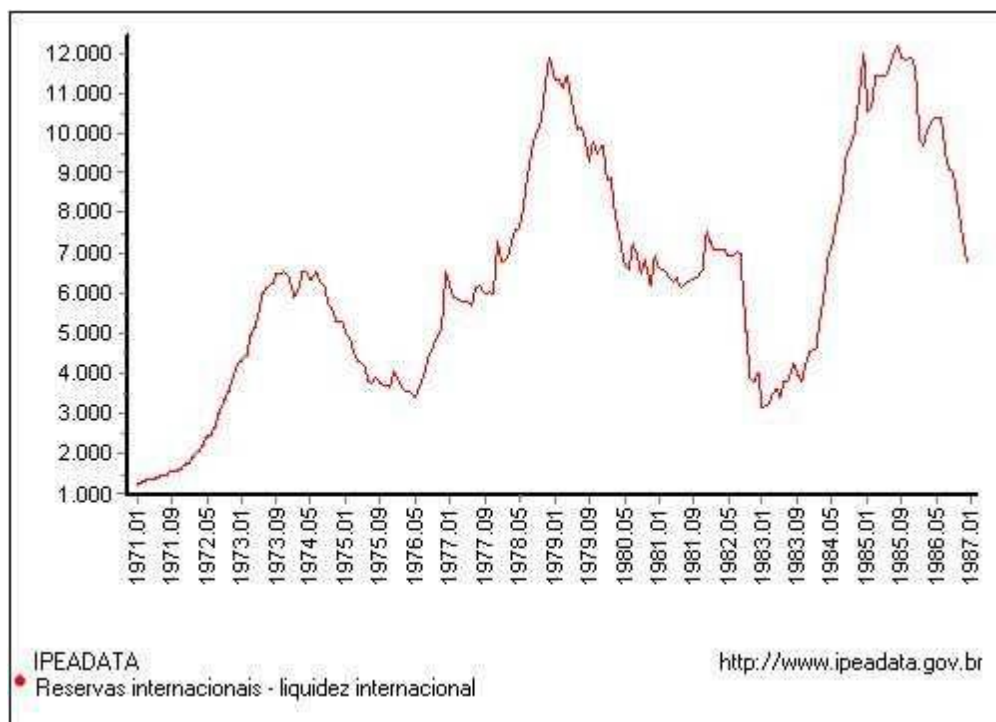
---

<sup>34</sup> Fonte: [http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo\\_Resp.aspx?id=2631](http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=2631). Acessado em 28/05/2017

<sup>35</sup> Fonte: Ipeadata. Acessado em 28/05/2017



**GRÁFICO 1**

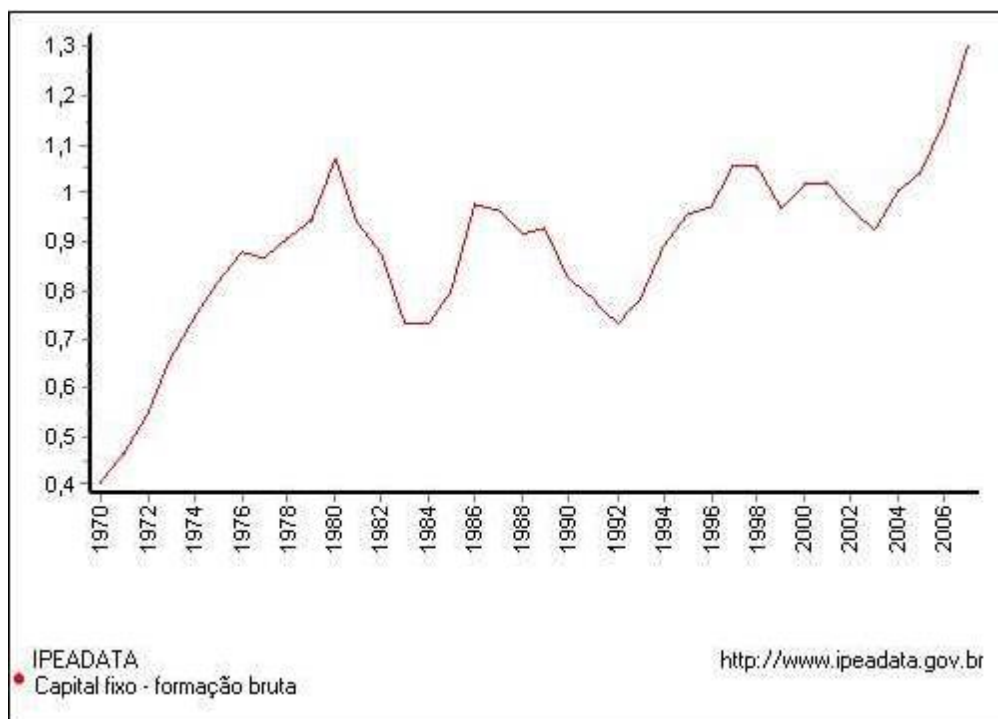


Dado a um ritmo mais lento de mudança, o capital fixo tem pouca flexibilidade dentro do processo de produção capitalista. Daí a tendência ao monopólio, ou oligopolização de setores da economia. Isso nos leva a importância da entrada de capital estrangeiro, assim como a adoção de estratégias para sua atração e formação de capital fixo.

Segundo o gráfico 2, a taxa de investimento em capital fixo teve uma leve queda entre os anos de 1986-1988, mantendo-se estável até 1989, quando há uma queda abrupta. Nesse intervalo de tempo em destaque ocorrem três momentos que chamam a atenção, a quebra da bolsa de Nova York em 1987; o fim do Plano Baker, em 1988, que previa a reestruturação da dívida externa de países da periferia, objetivo que não foi alcançado; as eleições para Presidência da República no Brasil de 1989 marcada por um forte antagonismo entre dois projetos, o democrático-popular do Partido dos Trabalhadores, e o da modernização conservadora de Fernando Collor, este mais alinhado com interesses do grande capital, pois havia o apoio explícito à agenda neoliberal.

Embora os dois últimos eventos tenham ocorrido após a criação da AD-RIO, entendemos que o empresariado envolvido em suas atividades tinham a nítida dimensão da conjuntura econômica, pois os fatos ocorridos não passavam de desdobramentos de outros ocorridos ao longo da década de 1980. Desta maneira, era iminente um processo de realinhamento dos capitalistas.

**GRÁFICO 2**



### **A NOVA PAUTA DE “DESENVOLVIMENTO”**

No Rio de Janeiro, AD-RIO servia aos interesses de manutenção de um status quo do empresariado fluminense, que pretendia chegar ao padrão da maior economia do país, São Paulo. A fala de Paulo Kós, presidente da Velrome<sup>36</sup>, durante o lançamento da agência traduz nossa afirmação: “Se estiver instalado no Rio, vamos procurar induzir a aumentar seus investimentos por aqui. Estamos lançando uma meta que deve ser perseguida pelo estado. Queremos entrar no mesmo diapasão que São Paulo”<sup>37</sup>.

Na disputa por investimentos, a concorrência inter-territorial passou a dar a cadência na organização entre diferentes grupos empresariais. Uma das primeiras ações da agência foi o delineamento de um mapa detalhado que demonstrasse setores promissores no estado. Dados como situação da infraestrutura humana, infraestrutura básica (transporte, energia e telecomunicações) e industrial serviriam para traçar a matriz industrial do estado do Rio de Janeiro. A segunda etapa do mapeamento seria o confronto desses dados dos setores mais dinâmicos do estado com os de outros do país. Informações sobre tecnologia, possíveis parceiros congêneres no exterior e investidores potenciais também faziam parte da estratégia da pesquisa.

<sup>36</sup> A empresa era um importante estaleiro localizado em Angra dos Reis, além de ser sócia-fundadora da AD-RIO.

<sup>37</sup> Jornal do Commercio. 07/12/1987.

De acordo com o coordenador da agência, Paulo Fleury, seria necessário um grande aporte inicial de capital para a contratação de consultorias que iriam coletar as informações<sup>38</sup>. A parceria com Estado socializa os custos, deslocando receita pública para iniciativa privada.

Os esforços mobilizados pela agência tinham o papel de mudar o perfil econômico do estado, pois a maior parte de sua produção era destinada ao mercado interno. A nova estratégia de desenvolvimento econômico tinha como objetivo de tornar o Rio de Janeiro em exportador. Para tal, entendia-se como fundamental a atração de empresas com approach tecnológico de EUA, Japão e Europa para a região, que poderiam se associar a empresas de médio porte local, num claro movimento de manutenção do status quo.

Do ponto de vista do processo de globalização, a associação com empresas estrangeiras poderia aumentar a receita interna face às exportações para os seus próprios mercados fora do Brasil. A formação de marcas brasileiras com know how tecnológico, era o modelo idealizado para consecução de um novo modelo de exportação. A intenção era inverter a dependência, aumentando o poder de barganha no exterior. O coordenador da AD-RIO citou a Embraer como exemplo<sup>39</sup>. A estratégia era formar empresas capazes de concorrer no mercado internacional. Para tal, seria necessário um grande aporte de capital.

A crise financeira internacional, iniciada ainda na década de 1970 e eclodida em 1982, por não ser de natureza de excesso de produção, mas de dívida concentrada por meio de títulos da dívida pública americana transportada à periferia, região com escassez de divisas, oferecia um cenário econômico com pouca disponibilidade de recursos. A saída para competir num amplo processo de globalização da produção foi o Estado. As iniciativas dos empresários fluminenses demonstravam a dependência financeira externa e estatal para a manutenção de seu status quo. A Câmara de Investimentos do Rio de Janeiro, criada em fevereiro de 1990, exemplifica nossa afirmação.

Extinto o BD-RIO, a única fonte de financiamento do estado era o BNDES. Com a criação da Câmara de Investimentos, seria possível a captação de recursos de outras fontes, que seriam operacionalizados pelo Banco de Investimentos do Banco do Brasil (BB-BI). Ela foi formada pelo BNDES, BANERJ, ACRJ, FIRJAN, Centro da Indústria do Rio de Janeiro, Secretaria de Indústria e Comércio, Empresa Fluminense de Tecnologia (Flutec) e AD-RIO. Tinha disponível 3 bilhões de dólares. As linhas básicas que pautariam a nova entidade seriam, segundo o superintendente do Banco do Brasil, César Medeiros,

“Para começar não haverá prioridade de setor para financiamento, com exceção de três áreas. Vamos priorizar a modernização e expansão dos bens de consumo, inclusive alimentos, de modo a formarmos, o mais breve possível, uma sociedade de consumo de massa, o que, por seu

---

<sup>38</sup> Jornal do Commercio. 07/12/1987.

<sup>39</sup> Jornal do Commercio. 07/12/1987.

turno, criarão mercado para a nossa segunda prioridade, que é a de indústrias de alta tecnologia.”<sup>40</sup>

Outra diretriz do banco era o investimento no setor produtivo estatal não-privatizável, no qual estavam incluídas a Petrobras, Eletrobras, CSN, além de participações no processo de privatização e em pólos regionais de desenvolvimento. A captação dos recursos da Câmara de Investimentos seria gerida pelo BB-BI, e remunerada a preço de mercado<sup>41</sup>.

Contudo, a Câmara de Investimentos ficou parada após a implementação do Plano Collor I. O corte do gasto público, central no plano econômico, implicou em mudanças gradativas nas expectativas e comportamento do empresariado local, em virtude de mudanças no governo federal. Ganha espaço uma lógica mais voltada ao mercado financeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pauta desenvolvimentista, ou mista (nos escalões do governo Sarney havia keynesianos e adeptos das idéias da escola de Chicago) perde força para a agenda neoliberal, ensaiada após o Plano Brady e Consenso de Washington, mas efetivamente implementada em 1990. Não estamos afirmando que houve uma mudança abrupta no empresariado. Apenas constatamos que as mudanças operadas pelo capital no campo cultural (o neoliberalismo como única saída para a crise econômica) e econômico, com a destruição de capitais menos potentes, engendraram um consenso de que a formação da riqueza, o acúmulo de capital, passa necessariamente, e tem como eixo central o mercado financeiro, cuja dominância pertence ao grande capital financeiro internacional.

Nesse “novo” paradigma econômico não há espaço para a formação de uma sociedade de consumo de massa na periferia do sistema econômico, como afirmado pelo superintendente do Banco do Brasil, pois sua contradição se expressa na avassaladora concentração de renda. A formação de corações tecnológicos<sup>42</sup>, fusões e aquisições e obsolescência tecnológica programada<sup>43</sup> deslocam o cenário da crise econômica para uma centralização salvadora<sup>44</sup>, capaz de criar condições de competitividade. Isto posto, a fala de Medeiros quando explicita que não há prioridade setorial para investimentos, infere uma política estatal do tipo keynesiana, contudo a suspensão da Câmara de Investimentos por Collor denota a opção pela formação de oligopólios e sujeição ao grande capital.

Em alguma medida havia um conflito intraclasse no Rio de Janeiro, o que explica, ainda que em nível local, o avanço e a resistência às medidas propostas no Consenso de Washington. A

---

<sup>40</sup> Jornal do Commercio. 06/02/1990.

<sup>41</sup> Jornal do Commercio. 06/02/1990.

<sup>42</sup> DREIFUSS, René Armand. A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 48.

<sup>43</sup> HARVEY, Op. Cit., 2013, p. 301.

<sup>44</sup> MARINI, Ruy Mauro. América Latina, dependencia y globalización. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 254.

FIRJAN, embora fosse adepta à redução do Estado, requeria investimento público para o setor produtivo. A Câmara de Investimentos funcionava em sua sede.

Na outra ponta, apoiando a agenda do grande capital, o grupo Monteiro Aranha defendera um ajuste fiscal prioritariamente por corte de despesas do governo ao longo do ano de 1990<sup>45</sup>. Sua influência no governo Collor tinha um peso significativo, pois foi o principal financiador e articulador da campanha do presidente eleito.

Olavo Monteiro de Carvalho, presidente do grupo, indicara nomes para equipe econômica. Mario Henrique Simonsen<sup>46</sup> foi sua indicação para o Ministério da Economia. Embora não tenha aceito o convite de Collor para a pasta, após uma longa negociação, não resta dúvida do elevado grau de penetração de uma agenda do grande capital associada à elite econômica local no novo governo. Simonsen era sócio consultor do Banco Bozzano, Simonsen (correia de transmissão do capital internacional no Brasil) e ligado ao Citibank, maior investidor estrangeiro no país<sup>47</sup>. A nova conjuntura demandava o estabelecimento de um consenso hegemônico em frações e camadas da sociedade<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> Jornal O Globo. 30/12/1990. p. 27.

<sup>46</sup> Jornal O Globo. 01/01/1990. p. 18.

<sup>47</sup> Jornal O Globo. 26/08/1990. p. 50.

<sup>48</sup> POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. p. 15.

## **BIBLIOGRAFIA**

BONELLI, Regis. As Estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90. Texto para discussão nº 569: IPEA, 1998

COSTA, Fernando Nogueira da. Comparando capitalismo financeiros. Texto para discussão. IE/Unicamp, nº 160, 2009

DREIFUSS, René Armand. A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005

HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013

LAZZARINI, Sérgio G. e MUSACCHIO, Aldo. Reinventando o capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015. p. 233.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina, dependencia y globalización. Buenos Aires: Clacso, 2007.

MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002

MEYER, Arno. Apoio financeiro externo e estabilização econômica. Revista de Economia Política, vol. 13, nº 1, 1993.

POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar. 1978

SILVA, Robson Dias da. Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012